



## **A REIVINDICAÇÃO DE EFETIVAÇÃO DE TODOS OS TERCEIRIZADOS É A RESPOSTA IMEDIATA AOS ABUSOS COMETIDOS PELAS EMPRESAS**

Contatos: [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) / e-mail: [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org) / [facebook.com/massas.por](https://facebook.com/massas.por)

# **Carta da Corrente Proletária na Educação Aos dirigentes sindicais e aos trabalhadores**

O avanço da terceirização em todos os segmentos do trabalho, desde as fábricas ao setor público, ficou estampado, neste momento de retomada da “normalidade”. Evidenciou, também, o quanto as empresas terceirizadas dependem dos governos estaduais e municipais para atuarem nos serviços públicos, como por exemplo nas escolas. Mas, acima de tudo, o quanto essas empresas exploram a mão-de-obra, com as jornadas extensivas, os baixos salários e a rotatividade. Essa situação tem gerado profundo descontentamento entre os trabalhadores terceirizados, que estão sendo obrigados a recorrer aos métodos próprios dos explorados, que são as greves e as manifestações, para exigir o pagamento de salários e direitos trabalhistas.

No mês de outubro, ocorreram várias paralisações e protestos de trabalhadores da limpeza e merendeiras, contra as empresas terceirizadas, que atrasam os pagamentos, deixam de pagar o vale-transporte e os tickets refeição, ou porque demitem e deixam de fazer as homologações trabalhistas, como é o caso da luta contra a empresa Destak, em Mauá. Em maio, foram os vigilantes da Mérito, empresa terceirizada de vigilância, que opera em unidades da Petrobrás, e da sua subsidiária, a Transpetro, que rompeu seus contratos sem acertar os direitos trabalhistas dos seus funcionários. Em novembro, 300 petroleiros da PROPAV, empresa terceirizada da Refinaria de Capuava (Recap), decidiram cruzar os braços, devido ao não pagamento dos salários e da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Também neste mês, os trabalhadores do Hospital dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (IAMSPE) fizeram protesto contra o avanço da terceirização. Essa é uma pequena amostra dos graves problemas causados pela terceirização.

Os capitalistas e seus governantes viram na reforma trabalhista e na Lei da terceirização a possibilidade de obter lucros, à custa do aumento da exploração do trabalho. Os governos viram que a terceirização é uma forma de reduzir o número de funcionários

efetivos, e diminuir a responsabilidade com os serviços públicos. Os trabalhadores, por sua vez, diante do desemprego crescente, foram obrigados a assumir essa condição de terceirizado, como dizem de “quase escravidão”.

Como defender os trabalhadores terceirizados? O ponto de partida está em organizar essa massa de terceirizados. A maioria precisa ser ganha para a luta unitária. Isso porque as lutas e greves que vêm ocorrendo estão limitadas aos problemas de uma empresa terceirizada determinada (por exemplo, atraso de pagamento e de direitos). Não há uma compreensão geral de que os problemas são consequências da reforma trabalhista e da implantação da terceirização para todo tipo de atividades. Essa compreensão depende da intervenção das direções sindicais classistas e políticas. Até o momento, muito pouco tem sido feito.

Nesse sentido, a Corrente Proletária na Educação, que vem atuando nas lutas dos terceirizados, faz um chamado às direções sindicais e políticas, para convocarem as assembleias nas fábricas e em outros locais de trabalho, objetivando unificar a luta dos trabalhadores efetivos com a dos terceirizados. Outro passo importante é o de constituir os comitês de luta.

A divisão dos trabalhadores é uma arma dos capitalistas e governantes para enfraquecer a resistência coletiva contra as medidas antioperárias e antipopulares. No entanto, a unidade dos trabalhadores é, sem dúvida, uma poderosa arma da classe operária e dos demais explorados para enfrentar o patronato e os governos. A reivindicação de efetivação de todos os terceirizados é a resposta imediata aos abusos cometidos pelas empresas terceirizadas. É por meio da organização e da luta coletiva que derrubaremos a reforma trabalhista e a Lei da Terceirização.

Cabe às centrais e sindicatos dar um passo, convocando as assembleias, constituindo os comitês de luta, e chamando imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios.